

**POR UMA
MADEIRA MAIS
JUSTA E
IGUALITÁRIA:
CONSTRUINDO
UM FUTURO DE
OPORTUNIDADES
PARA TOD@S**
Moção Sectorial



**XXI CONGRESSO REGIONAL DO
PARTIDO SOCIALISTA DA MADEIRA
22 e 23 de fevereiro de 2025**

**Mulheres Socialistas da
Madeira**

Cátia Vieira Pestana,
Primeira Subscritora,
Militante n.º 176239

Índice

PREÂMBULO.....	2
Desafios Sociais e Económicos.....	3
Políticas Públicas para uma Região Mais Igualitária	3
1. Combate à Violência contra as Mulheres	3
2. Combate à Pobreza e Exclusão Social	4
3. Educação e Formação	4
4. Emprego Digno e Desenvolvimento Económico Sustentável	5
5. Saúde e Bem-Estar	5
6. Governação para a Igualdade e Não Discriminação	6
7. Igualdade de Género e Direitos Humanos	6
Construindo uma Madeira de Oportunidades	7
Conclusão	8
SUBSCRIÇÕES	8

PREÂMBULO

A Região Autónoma da Madeira tem um carácter geográfico, cultural e político único, uma história rica e a resiliência do seu povo. Contudo, as assimetrias sociais, económicas e territoriais continuam a ser obstáculos ao desenvolvimento global da Região.

O artigo 13.º da Lei suprema do país – a Constituição da República Portuguesa – enfatiza o “princípio da igualdade”, um dos direitos fundamentais da abordagem política do Partido Socialista e da promoção da igualdade. As oportunidades e os direitos das cidadãs e dos cidadãos, independentemente do seu sexo, género, raça ou condição são um pré-requisito indispensável para o progresso social, económico e cultural de qualquer sociedade, especialmente a nossa.

Enquanto força política que tem a igualdade e a justiça social como pilares fundamentais, o Partido Socialista precisa urgentemente de liderar uma mudança na Região Autónoma da Madeira que priorize a construção de uma Madeira mais justa e igualitária, onde todas e todos tenham oportunidades iguais, independentemente do estatuto, origem ou condição socioeconómica. Com o Partido Socialista, a R.A.M. terá um futuro em que mulheres e homens terão oportunidades, direitos e vozes iguais e o desenvolvimento será assente numa base mais equitativa e inclusiva.

Desafios Sociais e Económicos

Os recorrentes elevados índices de pobreza e exclusão social da Região significam, também, níveis preocupantes de desigualdade social, exacerbados pelos elevados custos de vida e pelos baixos salários que continuam a afetar desproporcionalmente as famílias madeirenses.

Muitos trabalhadores e trabalhadoras, especialmente os e as jovens, enfrentam dificuldades na obtenção de empregos dignos e estáveis e são frequentemente forçados a emigrar em busca de melhores condições de vida.

Além disso, o fosso em termos de desenvolvimento, entre o Funchal e outros concelhos da Região agrava a exclusão territorial. A costa norte, principalmente, enfrenta dificuldades crescentes no acesso aos serviços de saúde, educação e transportes, perpetuando ciclos de desigualdade e abandono.

É imperativo eliminar estas desigualdades e promover políticas públicas que garantam uma maior equidade no acesso a recursos, serviços e oportunidades.

Políticas Públicas para uma Região Mais Igualitária

Para promover uma Madeira mais justa, as Mulheres Socialistas da Madeira propõem um conjunto de políticas públicas centradas nos seguintes eixos:

1. Combate à Violência contra as Mulheres

Ano após ano somos confrontados/as com inúmeros casos de violência de género, nomeadamente nas relações de intimidade e familiares, nos quais as principais vítimas são as mulheres.

Consideramos que a violência contra as mulheres é uma violação intolerável dos direitos humanos, como tal, devem ser adotadas medidas eficazes de proteção e defesa das vítimas – com uma atenção particular para com as crianças vítimas de violência doméstica – e de penalização e reabilitação dos agressores.

Neste âmbito consideramos necessário:

- A adoção uma Estratégia Regional para pôr fim a todas as formas de violência contra as mulheres na Madeira.
- O reforço das medidas de prevenção, proteção e apoio às vítimas de violência de género, incluindo a reformulação do conceito de “casa abrigo” e um aumento dessas infraestruturas na região.
- Garantia da observância da política de “Tolerância Zero” nos prédios geridos pelo IHM – Investimentos Habitacionais da Madeira, determinando a saída compulsiva do agressor, independentemente de quem é titular do contrato de arrendamento.

2. Combate à Pobreza e Exclusão Social

Os programas de apoio e empoderamento social devem ser reforçados para garantir que nenhuma família seja deixada para trás:

- Devem ser implementados planos comprometidos com a redução da pobreza e centrados nos grupos vulneráveis, como as famílias monoparentais, as pessoas idosas e ou dependentes, as crianças e as pessoas com deficiência.
- Devem ser criados mecanismos com vista ao alcance de uma igualdade salarial, que assegurem uma remuneração justa, baseada em competências, que elimine disparidades de género nos salários e pensões.

3. Educação e Formação

A educação é a chave para romper o ciclo de desigualdade. É crucial investir em políticas que efetivamente garantam uma educação de alta qualidade e tendencialmente gratuita, desde a educação básica até ao ensino universitário. Assim, consideramos importante:

- Criar condições e oportunidades para que um maior número de estudantes possa aceder a maiores níveis de estudo e de especialização.
- Dar prioridade a programas de capacitação profissional que satisfaçam as demandas do mercado regional, assegurando aos jovens trabalhadores oportunidades concretas de progresso.
- Proceder a uma reformulação profunda e aposta no ensino profissional e especializado.

4. Emprego Digno e Desenvolvimento Económico Sustentável

A criação de empregos dignos e o fomento de uma economia sustentável devem ser uma prioridade. Nesta área consideramos necessário:

- A integração no setor do Turismo – área essencial para a economia regional – de políticas que valorizem o trabalho e façam refletir nos salários os elevados índices de procura do destino.
- A diversificação da economia no sentido de promover setores como energias renováveis, a economia azul, a agricultura sustentável e as novas tecnologias e inteligência artificial.
- A implementação de medidas de combate ao assédio laboral.

5. Saúde e Bem-Estar

A saúde é um direito essencial, e todos os cidadãos e cidadãs da Madeira devem ter a oportunidade de aceder a serviços de saúde com qualidade. Assim, consideramos importante:

- O estabelecimento de um Plano Regional para a redução dos comportamentos aditivos e dependências.
- Assegurar que os cuidados de saúde sejam disponíveis em todos os concelhos, incluindo áreas rurais e remotas, por meio da melhoria das infraestruturas e da movimentação dos profissionais de saúde.
- Políticas que promovam a saúde mental e garantam o acesso prioritário a cuidados de saúde primários e de saúde mental aos cuidadores e cuidadoras.

- O robustecimento da rede de cuidados continuados e paliativos e a criação de uma rede de cuidados paliativos pediátricos.
- Políticas geriátricas de melhoria das condições e qualidade de vida.

6. Governação para a Igualdade e Não Discriminação

No longo regime que se tem perpetuado na Madeira há quase 50 anos, a questão da igualdade foi relegada para um plano inferior. Mais do que nunca, a Região necessita de uma governação progressista, comprometida com políticas de liberdade, igualdade e não discriminação em todas as áreas da política e da ação governamental. Assim, apontamos como premente:

- A criação de um organismo público com competências próprias, que se articule com o restante Governo Regional e que se comprometa com a observância dos tratados internacionais vigentes e com os princípios consagrados pela constituição, de modo a diagnosticar, definir e implementar uma Estratégia Regional para a Igualdade e Não Discriminação.
- A criação de equipas multidisciplinares de estudo e abordagem das desigualdades de género, de etnias e raças, que rastreiem a conjuntura presente e proponham medidas de atuação.
- A adoção de um orçamento regional que seja sensível à igualdade de género e que inclua o planeamento equitativo dos recursos.

7. Igualdade de Género e Direitos Humanos

Políticas que promovam a participação das mulheres na vida pública e política, a adoção de medidas que favoreçam a igualdade de acesso às lideranças por mulheres e homens, a conciliação entre a vida pessoal, profissional e familiar, o combate à violência doméstica e a inclusão de todas as comunidades devem ser uma prioridade transversal de modo que a Madeira seja modelo de respeito pela igualdade de género e pela defesa dos direitos humanos.

Construindo uma Madeira de Oportunidades

A visão socialista para a Madeira é a de uma Região onde cada cidadão e cidadã tenham iguais oportunidades para poderem evoluir e se desenvolver, terem sucesso e viverem de forma digna. Esta perspetiva humanista requer determinação política para desafiar as instituições que perpetuam desigualdades e para realizar transformações que favoreçam toda a população.

É essencial fomentar uma comunicação clara e inclusiva, aberta e participativa, envolvendo a comunidade, as autarquias e os diversos segmentos da sociedade na elaboração de políticas que atendam às verdadeiras necessidades da população.

Não podemos aspirar à construção de uma Madeira de oportunidades onde todos e todas contem sem atendermos ao fator cultural como motor de desenvolvimento económico e social. Sabemos que a cultura, enquanto expressão da identidade e criatividade de um povo, pode e deve assumir um papel preponderante, deve representar um fator estratégico para impulsionar o crescimento sustentável e a coesão social e deve ser encarada nas suas múltiplas vertentes enquanto ativo económico, fator de inclusão social, vetor de inovação e criatividade e enquanto marca distintiva e única.

Acreditamos que a cultura como motor de desenvolvimento económico e social deve ser uma prioridade na agenda política do PS-Madeira quer para a construção de mais e melhores oportunidades, quer no combate às desigualdades e exclusão. Ao investir na cultura, ao valorizar os seus profissionais, ao inovar nas formas de expressão cultural e ao promover a sua internacionalização, estaremos a construir uma Madeira mais próspera, justa e inclusiva.

Conclusão

Como principal força progressista, o Partido Socialista deve assumir a liderança na luta por uma maior justiça e equidade na Madeira. Isso exige não só a elaboração de propostas concretas, mas também a mobilização da sociedade civil para a urgência de um novo acordo social, no qual o avanço económico seja acompanhado pela equidade social.

A Madeira a que aspiramos deve ser uma Região que promova a inclusão, a sustentabilidade e a solidariedade. Uma Madeira onde todas as crianças tenham acesso a uma educação de qualidade, onde todos os trabalhadores e trabalhadoras sejam reconhecidos e onde todos os idosos e idosas possam envelhecer com dignidade, onde todas as diferenças sejam respeitadas, assentes num desenvolvimento económico socialmente inclusivo e gerador de desenvolvimento humano.

Este é o projeto de Madeira que desejamos construir, uma Região mais Justa e Igualitária na qual todos e todas contam.

SUBSCRIÇÕES

- | | |
|--|------------------------|
| 1. Cátia Micaela Coelho Vieira Pestana | - Militante n.º 176239 |
| 2. Paulo Alexandre Nascimento Cafôfo | - Militante n.º 176103 |
| 3. Marta Luísa Freitas | - Militante n.º 154203 |
| 4. Jesus Manuel Teixeira Santana | - Militante n.º 187699 |
| 5. Luísa Maria Soeiro Marinho Antunes Paolinelli | - Militante n.º 176406 |
| 6. José Miguel Mafra Iglésias | - Militante n.º 76452 |
| 7. Andreia Drumond Caetano | - Militante n.º 165653 |
| 8. João Emanuel Silva Câmara | - Militante n.º 126233 |
| 9. Maria Elisa Rosa de Albergaria Seixas | - Militante n.º 157483 |
| 10. Gonçalo Gomes de Sousa Aguiar | - Militante n.º 99270 |
| 11. Maria Madalena Sarmento Caetano Nunes | - Militante n.º 185660 |
| 12. Mafalda Isabel de Jesus Gonçalves Figueira | - Militante n.º 50204 |
| 13. Rui Alberto Pereira Caetano | - Militante n.º 353311 |

14. Sofia Maria Araújo de Canha	- Militante n.º 158191
15. Sara Alexandra Rodrigues Cerdas	- Militante n.º 176243
16. Jacinto Serrão	- Militante n.º 28654
17. Fátima José Spínola Freitas	- Militante n.º 72017
18. Énia Teresa Nóbrega de Freitas	- Militante n.º 166405
19. Ricardo Amaro Silva Pestana	- Militante n.º 181966
20. Patrícia Agrela	- Militante n.º 152178
21. Maria Isabel de Ponte Garcês	- Militante n.º 176072
22. Duarte Luís Fernandes Caldeira Ferreira	- Militante n.º 26855
23. Maria Ivone Sargo de Sousa Perdigão	- Militante n.º 160369
24. Célia Magda Barros Pestana Fragoeiro	- Militante n.º 183317
25. Luís Miguel Paixão Brito	- Militante n.º 152270
26. Ana Celina Gomes Pereira Vale	- Militante n.º 186847
27. Carolina Sofia Pitta Dionísio Santos	- Militante n.º 99315
28. José Júlio de Carvalho Gomes Curado	- Militante n.º 157182
29. Carla Patrícia Pereira Tomé	- Militante n.º 177496
30. Ana Isabel Cró Oliveira	- Militante n.º 164051
31. Gonçalo Filipe Moniz Jardim	- Militante n.º 163981
32. Catarina de Jesus da Silva Almeida	- Militante n.º 100234
33. Micaela Gomes Camacho	- Militante n.º 33412
34. José Manuel Domingos Sebastião	- Militante n.º 43587
35. Maria Irene T. F. Catanho Viveiros	- Militante n.º 29129
36. Maria Leónia Martins Vicêncio	- Militante n.º 84669
37. Paulo Bruno Rodrigues Nunes Ferreira	- Militante n.º 28678
38. Lídia Gomes do Vale Pereira	- Militante n.º 7341
39. Diana Carolina Carrascal Pinsag	- Militante n.º 186857
40. Diogo Góis	- Militante n.º 197030
41. Lília Carla Freitas Caldeira Fernandes	- Militante n.º 95649
42. Filipa Fernandes Caldeira Ferreira	- Militante n.º 154249
43. Duarte Paulo Franco	- Militante n.º 99314
44. Cristina Maria Loja Silva	- Militante n.º 181967
45. Tânia Maria Gonçalves Silva	- Militante n.º 160370
46. José Alexandre Nunes Correia	- Militante n.º 183646
47. Leonilde Maria Santos Rodrigues Cassiano	- Militante n.º 179391

- | | |
|------------------------------------|------------------------|
| 48. Maria Lucinda Gouveia Ferreira | - Militante n.º 183481 |
| 49. Duarte Nunes | - Militante n.º 197343 |
| 50. Maria Cecília Pereira Cova | - Militante n.º 115722 |